

Funaro diz que crescimento é inegociável

Roberto Garcia

Correspondente

Nova Iorque — Em encontros com banqueiros credores do país e representantes de empresas multinacionais sediadas no Brasil, o ministro Dilson Funaro disse ontem que “o crescimento da economia brasileira é inegociável e que o desenvolvimento econômico e social do país não será submetido às antigas exigências de compressão das taxas de crescimento, cujo único propósito era garantir uma transferência de recursos para o exterior no nível fixado pelos credores”. Embora cordiais, as discussões foram caracterizadas por um americano presente como “demonstrativas da falta de sintonia atualmente existente entre os Estados Unidos e o Brasil”.

O ministro da Fazenda almoçou no Council on Foreign Relations e depois falou ao Council of the Americas. Mais tarde, encontrou-se com os presidentes de cinco grandes bancos americanos. Ao sair da segunda reunião, o ex-presidente do Chase Manhattan Bank, David Rockefeller, disse que “é bom que **mister** Funaro explique a atual situação do Brasil e os problemas que o país enfrenta. Ele o fez muito bem, desta vez”. O ministro da Fazenda insistiu nos encontros que o problema da dívida externa precisa ser resolvido conjuntamente por credores e devedores e que os sacrifícios devem ser partilhados. Ele afirmou que de uma audiência conjunta de aproxima-

damente 300 banqueiros, empresários e importantes personalidades estrangeiras, sequer uma pessoa havia perguntado quando o Brasil iria voltar a pagar os juros da dívida externa.

Pessoas presentes à reunião disseram que Funaro enfrentou apenas um momento difícil em suas reuniões, quando o diretor de uma empresa multinacional não identificada perguntou: “o Brasil suspendeu o pagamento dos juros alegando dificuldades internas. Que faria seu governo se uma empresa estrangeira suspendesse o pagamento do Imposto de Renda devido ao Brasil, alegando também dificuldades?” O ministro da Fazenda limitou-se a responder que empresas estrangeiras no Brasil gozam atualmente, como sempre o fizeram, de um clima propício para investir e lucrar e frequentemente desfrutam de muitos benefícios, até mesmo incentivos fiscais. O interlocutor do ministro continuou de pé, dando a impressão de que não estava satisfeito com a resposta e, calmamente, o ministro brasileiro repetiu que “essas empresas gozam de um clima muito receptivo e de toda a hospitalidade no país”. O empresário, finalmente, sentou-se.

Num nível mais prático, vários interlocutores do ministro demonstraram grande interesse em converter a dívida em investimento e Funaro respondeu que o governo está atualmente considerando cerca de 10 fórmulas diferentes, propostas por bancos credores, embora não tenha tomado decisão definitiva a respeito de qualquer uma delas. Aos jornalistas

que o esperavam no fim das reuniões, contudo, o ministro disse que a maior parte dessas propostas visa a transformar o principal da dívida em investimentos. “Mas nós estamos muito mais interessados em que eles transformem os juros em investimento”, disse. Segundo o esquema proposto pelos credores, parte da dívida do Brasil seria trocada por participação em empresas brasileiras, mas alguns assessores do ministro disseram que isso levaria à desnacionalização das melhores e mais produtivas empresas do país.

Nas reuniões, Funaro discorreu a respeito do plano de médio e longo prazos apresentado pelo governo ao Congresso nas últimas semanas. O vice-presidente de um importante banco credor do Brasil disse que “o plano é um bom começo, mas precisa de muitos ajustamentos porque está furado em vários aspectos”. Uma análise feita pelos credores do plano chegou à conclusão, por exemplo, de que para alcançar as metas do plano neste ano o Brasil não poderia ter uma inflação superior a 5% em cada mês, até dezembro. “Essa meta parece quase inviável, levando em conta a explosão de preços que atualmente todos conhecem no Brasil”, disse o banqueiro.

Depois do encontro com presidentes de bancos credores do país, Funaro embarcou com sua equipe para Washington, onde participará de reuniões dos comitês que estabelecem a política tanto do Fundo Monetário Internacional quanto do Banco Mundial.